

ACTIVIDADES DOS MENORES EM IDADE ESCOLAR - O CASO DOS AÇORES

*Gilberta Rocha**

Pretendemos apresentar de um modo relativamente sucinto o plano e alguns dos resultados de um trabalho de investigação realizado, sob nossa coordenação, por uma equipa do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, intitulado "*Caracterização social dos agregados familiares com menores em idade escolar nos Açores*"¹

O referido trabalho apresenta-se dividido em três capítulos. No primeiro, atende-se aos agregados familiares e à totalidade da população que os compõem, enquanto que no segundo se analisa especificamente a situação dos menores, vista pelos próprios e/ou pelos seus responsáveis, tendo, em ambos os casos, como objectivo não só caracterizar as populações em estudo mas também, e tanto quanto possível, sublinhar as respectivas desigualdades, fundamentalmente, numa perspectiva de género e idade. No terceiro capítulo pretende-se enquadrar os menores nos seus contextos familiares, interligando os aspectos mais significativos observados nos pontos anteriores, o que permite um conhecimento mais aprofundado da vivência dos menores em grupos sociais distintos.

De um modo geral, a população global é analisada através da idade, do sexo, do estado civil, do nível de escolaridade, da situação perante o trabalho e da profissão, enquanto que relativamente aos agregados familiares nos centramos, fundamentalmente, na sua dimensão, nível de rendimento e condições de habitabilidade, tendo também em atenção o capital escolar existente no ambiente familiar e situações de necessidade de apoio social. No caso específico dos menores sublinhamos três aspectos que consideramos fundamentais na sua vivência quotidiana e com repercussões na sua vida futura: educação e escola; tempos livres e trabalho, entendido este também no seu sentido amplo, ou seja, tendo em conta um conjunto de actividades não remuneradas, nomeadamente as que se prendem com o apoio à família.

A idade e o sexo surgem não só como variáveis base do conhecimento da população total e da sub-população dos menores, mas também como variáveis de diferenciação de outras características, designadamente quando se atende ao aprofundamento da vivência da população total e daqueles que têm idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos. No entanto, e tendo como objectivo uma melhor percepção das desigualdades sociais, tomamos ainda em consideração outras variáveis ou índices, e o seu cruzamento, como sejam, por exemplo, a dimensão e o rendimento familiar, o capital escolar, o apoio social recebido ou as condições de habitabilidade do agregado.

Na presente comunicação, iremos deter-nos principalmente nas actividades realizadas pelos menores (parte do segundo capítulo do referido estudo), não obstante um ligeiro enquadramento que consideramos necessário sobre a totalidade da população e dos respectivos agregados familiares.

Numa breve caracterização da totalidade da população em estudo, verifica-se que esta é maioritariamente jovem: 7.4% com idade inferior a 5 anos; 31.9% com

* Professora Associada da Universidade dos Açores

¹ O trabalho, que nos foi solicitado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional dos Açores, está em vias de publicação com um novo título, embora no Relatório que foi entregue ao Observatório tenhamos preferido manter a designação tal como ela nos foi pedida e que corresponde a um inquérito de âmbito nacional da responsabilidade do Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos e 60.7% com 16 e mais anos. Mais de metade tem idades inferiores a 25 anos, cerca de 86% tem menos de 45 anos e de 98% menos de 65 anos. Apresenta, ainda, baixos níveis de escolaridade, profissões pouco qualificadas e de baixo estatuto social e os seus rendimentos provêm fundamentalmente do trabalho, embora não seja de negligenciar o peso das pensões, reformas e subsídios. Todavia, e apesar desta caracterização mais genérica, existem diferenças significativas em todas as variáveis. Relativamente à idade e ao género, constata-se que os mais novos registam níveis educacionais e profissionais mais elevados, esbatendo-se ainda a grande desigualdade anteriormente existente entre homens e mulheres.

Quadro 1

População por grupos de idade (%)		
Grupos de Idade	%	%Acumulada
0-5	7.4	7.4
6-15	31.9	39.3
16-25	17.4	56.7
26-45	29.7	86.4
46-65	11.4	97.8
+ de 65	2.1	100.0
Total	100	

Relativamente aos agregados familiares, um dos primeiros aspectos a referir respeita à dimensão, ou seja, o número de pessoas do núcleo doméstico. Verifica-se que os valores percentuais mais elevados vão para as famílias com 4 e 5 pessoas, que representam, respectivamente, 30.6% e 22.2% do total dos agregados. Ou seja, mais de metade das famílias com menores em idade escolar, nos Açores, vive numa casa onde existem pelo menos 4 pessoas. Seguem-se, com valores praticamente idênticos entre si, aquelas que têm 3 e 6 pessoas, com um quantitativo da ordem dos 14%.

Quadro 2

Dimensão do agregado familiar (%)	
Nº de pessoas	%
2	2.1
3	14.0
4	30.6
5	22.2
6	13.8
7	7.1
8	3.9
9	2.6
10	2.1
11	0.8
12	0.7
Total	100

Se a dimensão familiar nos Açores tem vindo a diminuir nos últimos anos, em parte como consequência de um decréscimo da natalidade - que se fez sentir de um modo particularmente visível a partir de meados da década de oitenta - encontramos na população em estudo famílias ainda relativamente numerosas, com uma dimensão superior à da globalidade dos núcleos familiares açorianos, já que nestes últimos se incluem também aqueles que são formados por pessoas de idade mais

avançada, com preponderância para os de duas ou de uma única pessoa, e que estão em franca expansão.

Quadro 3
Capital escolar do agregado familiar (%)

Capital Escolar	%
Nenhum	2.0
Básico - 1º ciclo	32.4
Básico - 2º ou 3º ciclo	48.5
Secundário	8.4
Superior (universitário ou não)	8.7
Total	100

Quanto ao capital escolar do agregado familiar, tomando como indicador o nível de instrução mais elevado, verifica-se que em cerca de 80% das famílias ninguém tem mais do que o ensino básico. Destes, sensivelmente metade detém o 2º ou o 3º ciclo enquanto que 33% tem apenas o 1º ciclo. Não atingem os 10% as famílias em que pelo menos um dos elementos tem o ensino secundário, sendo quantitativamente bastante semelhante a situação daquelas onde existe alguém com um grau de ensino superior.

Quadro 4
Nível de rendimento do agregado familiar (%)

Rendimento	%
Menos de 50 000	4.1
50 000 a 80 000	17.9
80 000 a 110 000	21.1
110 000 a 150 000	17.3
150 000 a 200 000	16.6
200 000 a 300 000	11.5
Mais de 300 000	11.5
Total	100

Se atendermos ao nível de rendimento, verifica-se que a grande maioria das pessoas pertence a famílias de baixos rendimentos, sendo o valor percentual mais elevado para as que auferem entre 80 000\$00 e 110 000\$00, 21.1%, enquanto que 4.1% vive com menos 50 000\$00. Mais de 60% têm rendimentos inferiores a 150 000\$00 mensais e quase 80% rendimentos inferiores a 200 000\$00.

Não admira, pois, que com a situação financeira anteriormente descrita existam várias famílias que beneficiem de Apoio Social. Destaca-se o caso particular do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) que abrange 15.6% dos agregados familiares. Das famílias que beneficiam do RMG a maior parte tem uma dimensão média elevada, com uma percentagem mais significativa para as que têm 6, 7 e 5 pessoas, não sendo, todavia, de negligenciar o peso relativo das que têm 4, 8, 9 e 10 elementos. A dimensão parece surgir, assim, como um factor de caracterização e de diferenciação social relativamente importante, já que a dimensão global preponderante para a generalidade dos agregados familiares com menores respeita aos núcleos com 4 e 5 pessoas.²

O mesmo acontece com o capital escolar, já que 86% dos agregados que recebem o Rendimento Mínimo Garantido registam níveis educacionais bastante baixos, nos quais mais de metade têm apenas o 1º ciclo do ensino básico, sendo em

² Cf. Gilberta Rocha e outros, *Caracterização social dos agregados familiares com menores em idade escolar*, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

número bastante reduzido os que detêm o 3º ciclo e ninguém apresenta uma formação de nível universitário ou superior.

Apesar de em determinados aspectos como a habitação e condições de habitabilidade, saneamento básico, bens de consumo, não serem muito desfavoráveis, não obstante o baixo nível de instrução, estatuto profissional e rendimento da globalidade da população e dos respectivos agregados familiares, existem ainda casos extremamente graves, nem todos devidamente apoiados, situações que poderão condicionar negativamente a formação e os projectos dos menores, designadamente na sua relação com a escola e, posteriormente, com o mundo do trabalho.

A análise da vida quotidiana dos menores permite-nos compreender o modo como estes repartem o tempo, qual a preponderância e o entendimento que a educação, designadamente a instrução formal tem nas suas vidas, e também as actividades que praticam, já que estas constituem, igualmente, factores essenciais de conhecimento e de convivialidade, da maior importância para a sua formação. Uma atenção muito especial será dada ao trabalho, que pode apresentar configurações bastante distintas, particularmente quando respeita a actividades de natureza económica, estas na maior parte dos casos pouco adequadas às capacidades dos mais novos e que são prejudiciais, não só pelo esforço que lhes é exigido, mas também pelo tempo que lhes retira ao estudo e ao lazer. Em causa está, pois, o tipo de trabalho ou tarefa que os menores realizam e o tempo que nela despendem, ou seja, a duração e regularidade das diferentes actividades.

Neste sentido, começámos por caracterizar alguns aspectos respeitantes à situação e à experiência escolar dos menores. Para tal recorreu-se a um conjunto de indicadores que nos possibilitam obter uma visão global, quer do ponto de vista da instituição escolar, quer dos próprios menores. Para este efeito, os indicadores seleccionados são a frequência e o abandono escolar, as razões de abandono, as reprovações e respectivas causas e a relação estabelecida com a instituição escolar. No seu conjunto, estes indicadores permitem obter uma identificação das experiências escolares menos bem sucedidas, assim como da expressão numérica que atingem no conjunto dos menores inquiridos nesta faixa etária.

Quadro 5
Situação escolar dos menores, por sexo (%)

Situação Escolar/ Sexo	Masculino	Feminino	Total
A frequentar	97.0	96.4	96.7
Abandonou sem terminar o ano lectivo	1.3	1.1	1.2
Já deixou de estudar	1.1	1.6	1.3
Não sabe ler nem escrever	0.6	0.9	0.7
Total	100	100	100

Quadro 6
Situação escolar dos menores, por grupos de idade (%)

Situação escolar/ Grupos de Idade	6-9	10-12	13-15	Total
A frequentar	97.7	99.7	93.3	96.7
Abandonou sem terminar o ano lectivo	0.0	0.3	3.1	1.2
Já deixou de estudar	0.0	0.0	3.6	1.3
Não sabe ler nem escrever	2.3	0.0	0.0	0.7
Total	100	100	100	100

Do conjunto dos menores em idade escolar, a grande maioria, 96,7 %, encontra-se efectivamente a frequentar a escola, enquanto que 3,2 % já não o faz ou porque já deixou de estudar ou porque nunca chegou a fazê-lo ou ainda porque abandonou os estudos. É nos mais velhos que encontramos um abandono escolar mais significativo, correspondente a 3.1% do total dos menores com idades

compreendidas entre os 13 e os 15 anos. Não se registam diferenças significativas entre os sexos, pois a percentagem daqueles que se estão a frequentar a escola é muito semelhante, 97% no caso dos rapazes e 96.4% no das raparigas.

Quando interrogados sobre as razões que os levaram a abandonar ou não frequentar a escola, a razão mais apontada é não gostava, 46.9 %, distribuindo-se as restantes respostas por motivos diversos. Repare-se que, ao contrário destas razões ligadas à falta de gosto, os factores de ordem económica ou familiar, por exemplo, ser muito caro ou ter de ajudar em casa, ocupam um lugar muito diminuto entre as justificações aduzidas, o que sugere que, pelo menos do ponto de vista dos menores, o abandono é em grande parte o produto de uma relação de desafeição pessoal pela instituição escolar, facto que respeita fundamentalmente aos elementos do sexo masculino. Apesar do valor percentual ser bastante reduzido, não queremos deixar de sublinhar a necessidade de ajuda em casa ou de que os pais não queriam que estudassem, que é apontada unicamente pelas raparigas. No entanto, esta desafeição relativamente à escola não pode ser entendida unicamente numa perspectiva individual mas ser devidamente enquadrada no contexto familiar. Como tivemos oportunidade de analisar no estudo que serve de base a esta comunicação, o abandono e o desinteresse pela escola respeita fundamentalmente aos menores mais velhos, de famílias com fraquíssimos recursos económicos e educacionais.³

Quadro 7
Motivos de abandono ou não frequência, por sexo (%)

Motivos de Abandono/Sexo	Masculino	Feminino	Total
Não abandonou ainda	97.0	96.4	96.7
Não gostava da escola	2.1	0.9	1.5
Era muito caro	0.0	0.2	0.1
Tinha que ajudar em casa	0.0	0.4	0.2
Os pais não queriam que estudasse	0.0	0.2	0.1
Ser deficiente ou inválido	0.2	0.2	0.2
Outros motivos	0.7	1.6	1.1
Total	100	100	100

Quadro 8
Motivos de abandono ou não frequência, por grupos de idade (%)

Motivos de Abandono/ G. de Idade	6-9	10-12	13-15	Total
Não abandonou ainda	97.0	99.7	93.3	96.7
Não gostava da escola	0.0	0.0	4.2	1.5
Era muito caro	0.0	0.0	0.3	0.1
Tinha que ajudar em casa	0,0	0,0	0,6	0,2
Os pais não queriam que estudasse	0,0	0,0	0,3	0,1
Ser deficiente ou inválido	0.0	0.0	0.6	0.2
Outros motivos	2.3	0.3	0.8	1.1
Total	100	100	100	100

Os menores foram igualmente interrogados sobre se costumam ou costumavam faltar à escola com frequência. É interessante verificar que uma percentagem não menosprezável, 7.4%, ou seja cerca 2 990 para a totalidade do arquipélago, afirma que sim, sendo o valor percentual bem mais elevado no caso dos rapazes e nos que têm idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos.

³ Idem

Quadro 8
Faltas à escola, por sexo (%)

Faltas/Sexo	Masculino	Feminino	Total
Não Respondem (por não ter idade) ⁴	0.6	0.9	0.7
Sim	9.2	5.4	7.4
Não	90.3	93.8	91.9
Total	100	100	100

Quadro 9
Motivos genéricos de falta à escola, por grupos de idade (%)

Motivos de Falta/ G. Idade	6-9	10-12	13-15	Total
Falta de interesse	2.3	3.2	8.9	5.0
Tinha de ajudar a família em casa	0.3	0.0	1.1	0.5
Tinha de ajudar a família em negócios	0.0	0.0	0.0	0.0
Tinha de trabalhar	0.0	0.0	0.0	0.0
Era longe	0.0	0.3	0.0	0.1
Motivos de saúde	1.6	2.2	1.1	1.6
Outros	1.0	1.6	1.9	1.5

À semelhança do que acontece quanto aos motivos do abandono, também aqui os motivos relacionados com o apego à instituição escolar ganham relevo. Na verdade, de entre as várias razões apontadas, a que recolhe maior número de respostas é a que alega “falta de interesse”. Mais uma vez, são identificados casos em que a instituição escolar surge aos olhos dos alunos como uma realidade desinteressante e incapaz de ganhar a sua adesão e afectividade, situação que também é mais referida pelos rapazes com mais de 13 anos.

Uma das experiências mais marcantes para um menor em idade escolar é a reprovação num qualquer nível de ensino. Trata-se também de um indicador importante porque regista a experiência extrema do insucesso escolar académico certificado, produto de uma relação difícil ou negativa com a instituição escolar.

Quadro 10
Reprovações por sexo (%)

Reprovações/Sexo	Masculino	Feminino	Total
Nunca	56.7	69.9	62.7
1 vez ou mais	43.3	30.1	37.3
Total	100	100	100

Quadro 11
Reprovações por grupos de idade (%)

Reprovações /G. Idade	6-9	10-12	13-15	Total
Nunca	85.6	59.3	46.2	62.7
1 vez ou mais	14.4	40.7	53.8	37.3
Total	100	100	100	100

Verifica-se que a experiência da reprovação atingiu um número muito significativo de menores. No conjunto, 37.3 % já reprovou pelo menos uma vez, o que em termos absolutos, e para globalidade da Região, atinge um quantitativo próximo dos 15 000. A situação apresenta-se bastante distinta não só nas várias idades mas também entre os sexos. Com efeito, a reprovação é bastante mais intensa nos rapazes, cujos valores percentuais entre os que nunca reprovaram e os que já reprovaram é relativamente pequena, respectivamente 56.7% e 43.3%, enquanto que no caso das raparigas a diferença percentual é bem mais elevada,

⁴ Conjunto de menores com 6 anos que foram considerados no inquérito mas que ainda não frequentam a escola.

com quantitativos de cerca de 70% para a primeira situação e 30% para a segunda. De salientar, ainda, o alto quantitativo registado para os que já reprovaram e que têm idades entre 13 e 15 anos. Neste grupo etário, são mais os que já tiveram, ou têm, insucesso escolar do que aqueles que fazem o seu percurso com normalidade, sem qualquer reprovação. É interessante verificar que as reprovações se concentram sobretudo no menores de idade mais elevada.

Quadro 12

Relacionamento dos menores com a escola, por sexo (%)

Relacionamento/Sexo	Masculino	Feminino	Total
Boa e Razoável	83.1	89.4	85.9
Pouco Interess. e Má	16.9	10.6	14.1
Total	100	100	100

Quadro 13

Relacionamento dos menores com a escola, por grupos de idade (%)

Relacionamento/G.I	6-9	10-12	13-15	Total
Boa e Razoável	92.6	85.2	81.1	85.9
Pouco Interess. e Má	7.4	14.8	18.9	14.1
Total	100	100	100	100

Uma pergunta de carácter mais global, “Como é ou foi a tua relação com a escola?” permite obter uma visão completa sobre o modo como estes menores viveram ou vivem a escola e avaliaram ou avaliam essa experiência. Se agruparmos, por um lado, as respostas de carácter favorável ou intermédio nomeadamente, as respostas “boa e razoável” e as compararmos com as de pendor mais negativo, designadamente, “pouco interessante e má”, verificamos que as primeiras representam 83.8 % das crianças e adolescentes, enquanto que as últimas abrangem 14 %. Extrapolando para o universo açoriano esta última situação corresponde a um valor ligeiramente superior a 5 500 menores. A experiência escolar surge menos gratificante para os rapazes do que para as raparigas e regista quantitativos especialmente elevados, da ordem dos 20%, nos que têm entre 13 e 15 anos. Embora possa haver a tentação de tomar estes números como significando uma apreciação global favorável por parte dos inquiridos, a verdade é que não podemos ignorar o conjunto dos que classificam a sua relação com a escola menos favoravelmente.

Assim, os dados indicam que as experiências escolares dos menores são globalmente positivas, mas que existem bolsas de desafeição e de insucesso que, embora de pequena expressão numérica quando encaradas em termos relativos, não deixam de merecer reflexão. De resto, se extrapolarmos para o conjunto do universo açoriano, não podemos ignorar o número de crianças e, principalmente, adolescentes que apresentam algum insucesso escolar, da ordem dos 15 000, bem como o dos que não têm uma boa relação com a instituição escolar, da ordem dos 5 500. Embora haja indícios de que o ambiente familiar favorece menos as raparigas, que são mais sobrecarregadas com tarefas domésticas, o facto é que é nos rapazes que o percurso escolar se apresenta mais difícil e com tendência para se agravar ao longo do tempo.

A importância do lazer e dos tempos de lazer é um dos aspectos que caracteriza a vivência da contemporaneidade. E se este facto se aplica a toda a população, adquire uma especial acuidade nos mais novos, tanto na sua vertente de descanso, como na de aprendizagem e de relacionamento com o outro. As brincadeiras ou outras actividades que podem ser realizadas nos momentos de lazer permitem um desenvolvimento criativo das capacidades físicas, intelectuais e emocionais das crianças e jovens.

Assim, e no que respeita aos tempos livres, destacaremos três aspectos que nos parecem ser os mais relevantes: a ocupação ou ocupações preferenciais dos menores, o local onde costumam brincar e o local onde passaram as últimas férias. Deste modo, poderemos identificar as principais actividades realizadas nos tempos de lazer, o seu carácter mais ou menos formativo, mais direccionado ou mais livre; as relações que através delas as crianças e os adolescentes estabelecem, tanto no ambiente familiar como em outros ambientes e espaços e, de alguma maneira, identificar a existência de condições propícias a um desenvolvimento pessoal equilibrado, possibilitadas por actividades diversificadas, que contemplem aspectos de ordem física, intelectual e relacional fora do sistema escolar.

As duas actividades de tempos livres mais referenciadas são ver televisão, com um valor percentual da ordem dos 95%, seguindo-se o brincar com os amigos, com um valor global superior a 80% - mas que surge inferior nos elementos do sexo feminino, que distam cerca de 10 pontos percentuais do quantitativo registado pelos do sexo masculino - e depois o estudo. Cremos que é ainda de sublinhar, por ser também bastante referido, o brincar sozinho, com valores da ordem dos 30%, praticamente o dobro dos registados para o brincar com os pais ou outros adultos.

Quadro 14
Ocupação dos tempos livres, por sexos (%)

Ocupação/ Sexo	Masculino	Feminino	Total
Brincar com amigos	86.1	76.1	81.6
Brincar sozinho	30.7	31.3	31.0
Brincar c/ os pais	16.3	14.3	15.4
Ver TV	96.3	94.9	95.6
Dedicar à Leitura	16.7	31.3	23.3
Praticar desporto	29.0	16.3	23.2
Ouvir música	39.7	50.4	44.6
Actividades recreativas	6.0	12.1	8.8
Voluntariado	0.6	0.7	0.6
Estudar	62.5	68.1	65.1
Ajudar em Casa	24.3	47.3	34.8
Trabalhar	8.1	0.7	4.7
Sem tempos livres	0.7	0.4	0.6

Parece-nos importante realçar que não encontramos diferenças significativas entre as respostas dadas pelos menores e pelos seus responsáveis, embora não deixe de ser interessante comparar os valores registados no estudo e na ajuda em casa, itens que são mais valorizados pelos responsáveis do que pelos menores. Algo de semelhante acontece quando se trata de avaliar o tempo distendido nas brincadeiras entre pais e filhos, na qual também observamos alguma discrepância entre o entendimento dos primeiros e dos segundos, com uma menor valorização por parte das crianças e adolescentes.⁵

O mesmo não acontece no que respeita ao trabalho, que os menores acentuam mais do que os respectivos responsáveis pelo agregado familiar, com percentagens de, respectivamente, 4.7% e 3.7%. Ou seja, enquanto que cerca de 1800 menores afirmam que trabalham nos seus tempos livres os seus responsáveis apontam para quantitativos inferiores, da ordem dos 1400.

Numa óptica de diferenciação por género, e além do facto acima registado, não podemos deixar de sublinhar a desigualdade observada na ajuda em casa, muito mais significativa nas raparigas - com cerca de mais 20 pontos percentuais - e no trabalho que quase só é apontado pelos rapazes, com um valor percentual de 8.1%. Eles praticam mais desporto e elas ouvem mais música e dedicam-se mais à leitura,

⁵ Idem

como afirmam também dedicar um maior tempo ao estudo, facto que é corroborado pelo responsável do agregado familiar. Esta leitura dos dados permite-nos pensar na reprodução dos valores e práticas que ainda subjazem na formação dos mais novos, nos quais são visíveis as diferenças de papéis sociais entre homens e mulheres, independentemente das alterações observadas no sistema escolar, no qual existe um ensino igualitário.

Dada a importância que a televisão apresenta nos momentos de lazer dos menores, achamos que seria útil dar um maior desenvolvimento a esta forma privilegiada de ocupar o tempo. Assim, se atendermos ao número de horas que passam a ver televisão, verifica-se que uma grande maioria, cerca de 60%, se insere na categoria entre uma e duas horas. Seguem-se-lhes os que passam entre três e quatro horas, que representam sensivelmente 35% dos menores, quantitativos que em conjunto perfazem 95%. Com efeito, são bem poucos os que afirmam ver durante cinco e mais horas diárias, 4%, e ainda menos os que não atingem o primeiro intervalo - 1 a 2 horas, 2.5%, não existindo diferenciação significativa entre os sexos.

No que respeita à idade já encontramos algumas diferenças dignas de registo, embora todos se enquadrem na caracterização geral anteriormente referida. São os mais novos que vêm durante menos tempo, aumentando o número de horas com a idade. É no grupo etário entre os 13 e os 15 anos que observamos os quantitativos mais elevados, sendo nestas idades que é mais aproximado o número dos que vêm televisão durante uma ou duas horas e o daqueles que o fazem durante três e quatro horas. De sublinhar ainda que quase atinge os 6% aqueles que assim ocupam os seus tempos livres durante cinco e mais horas diárias.

Quadro 15
Horas de TV/dia, por sexo (%)

Horas TV/Sexo	Masculino	Feminino	Total
0 horas	0.7	2.5	1.5
1- 2 horas	60.7	58.9	59.9
3 - 4 horas	34.8	34.6	34.7
5 horas e mais	3.7	4.0	3.9
Total	100	100	100

Quadro 16
Horas de TV/dia, por grupos de idade, segundo o menor (%)

Horas TV/G.Idade	6-9	10-12	13-15	Total
0 horas	2.3	1.9	0.6	1.5
1- 2 horas	66.3	60.9	53.5	59.9
3 - 4 horas	28.4	34.4	40.4	34.7
5 horas e mais	2.9	2.8	5.6	3.9
Total	100	100	100	100

Se a casa é mais apontada como o local onde os menores costumam brincar, item que regista mais de 80% das respostas, não podemos deixar de sublinhar

os valores registados para a Rua que aparece em segundo lugar, com percentagens bastante elevadas, da ordem dos 45% e que se apresenta bastante distinta daquelas que se podem observar para outros espaços públicos, como jardins ou parques, com um quantitativo global de 10%. Apesar de a diferença não ser muito significativa, são as raparigas que apontam mais a casa, sendo a Rua mais referenciada pelos rapazes. Não encontramos uma grande disparidade nos diversos grupos de idade. De resto, a variável idade não surge como uma variável de forte distinção quanto aos locais de brincadeira.

Quadro 17

Local de brincar, por sexo (%)

Local	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Casa	78.5	86.2	82.0
Casa de Amigos	31.6	29.7	30.8
Casa de Vizinhos	10.1	10.5	10.3
Jardim/Parque	14.2	5.1	10.1
Rua	57.1	33.3	46.2
Outro local	19.1	17.6	18.4

As férias são passadas preponderantemente em casa, embora a praia e os passeios com os pais e familiares, registem também alguma importância relativa. Todavia, no caso dos Açores, quer um caso quer outro, podem não corresponder a saídas efectivas do espaço doméstico, já que é perfeitamente possível e habitual ir à praia e passear passando as férias em casa. Não se encontram grandes diferenças de género ou idade, salvo no que respeita a ajudar os pais, e mesmo no trabalho, para os mais velhos, nomeadamente os que têm mais de 12 anos.

Quadro 18

Local e actividades de férias, por sexo (%)

Local	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Casa	73.2	81.3	76.9
Casa de familiares sozinho	9.6	6.0	7.9
Casa de familiares com os pais	16.7	15.8	16.3
Praia com pais ou familiares	68.4	62.3	65.6
Passear com pais ou familiares	36.5	32.6	34.7
Colónia de férias	3.7	1.3	2.6
Programa OTL	3.2	4.2	3.7
Ajudar os pais (TFNR)	17.6	22.3	19.8
Trabalhar	5.1	0.2	2.9

De resto, cremos que é extremamente elucidativo o facto de muitos menores trabalharem nos seus tempos livres, passarem muito tempo na rua e gozarem férias no espaço doméstico habitual. Se a idade não surge como um factor muito discriminante o mesmo não acontece com o sexo, observando-se diferenças por vezes bastante relevantes entre os elementos do sexo masculino e os do sexo feminino, denotativas de uma diferente concepção e gosto na ocupação dos momentos de lazer.

Para finalizar iremos dar uma atenção especial às actividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes que são consideradas trabalho, remunerado ou não, de âmbito económico ou não, e ainda outras tarefas de apoio doméstico e familiar.

Não obstante a dificuldade em comparar actividades bastante distintas como seja o trabalho remunerado, por um lado, e as tarefas de apoio doméstico, por outro, é de sublinhar desde já o elevado valor percentual registado na ajuda em casa por parte dos elementos do sexo feminino. Com efeito, neste item as percentagens são da ordem dos 35% no caso das raparigas e de cerca de 10% no caso dos rapazes. Embora estes apresentem quantitativos mais elevados se considerarmos outros itens, como a ajuda a pessoas de família ou outras, além do trabalho remunerado, o facto é que seu somatório ainda assim não atinge os valores referidos pelas raparigas no que respeita à ajuda em casa. Assim, e independentemente da

natureza do trabalho realizado, porventura mais leve para as raparigas, estas parecem ser mais penalizadas no conjunto das tarefas que efectuam.

Quadro 19

Actividades desenvolvidas pelos menores, no último ano e na semana de referência

Actividades dos Menores	Referência	
	Semana	Ano
Escola	96.3	96.0
Programa OTL	0.1	0.3
Ajudar em casa	21.7	21.2
Ajudar alguém da família	6.7	7.4
Ajudar uma outra pessoa	0.7	0.8
Voluntariado	0.1	0.1
Andar a pedir (esmola)	0.0	0.0
Trabalhar (actividade remunerada)	1.0	1.4
Férias	2.0	93.9
Outras	2.4	3.0

Quadro 20

Actividades desenvolvidas pelos menores, no último ano e na semana de referência, por grupos de idade

Actividades dos menores	6-9		10-12		13-15	
	Semana	Ano	Semana	Ano	Semana	Ano
Escola	31.4	30.2	33.4	33.6	35.2	36.2
Programa OTL	0.0	33.3	100.0	33.3	0.0	33.3
Ajudar em casa	14.1	10.1	31.0	31.3	54.9	58.7
Ajudar alguém da família	12.1	12.3	39.4	38.4	48.5	49.3
Ajudar uma outra pessoa	14.3	12.5	71.4	62.5	13.3	25.0
Voluntariado	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0	1.0
Andar a pedir (esmola)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Trabalhar (actividade remunerada)	0.0	0.0	10.0	14.3	90.0	85.7
Férias	30.0	30.6	50.0	33.6	20.0	35.8
Outras	41.7	72.4	33.3	10.3	25.0	17.2

No que se refere à idade, e fazendo uma leitura diferente da anterior, não em coluna mas em linha, na qual se reparte cada item pela várias idades, verifica-se que não existem grandes diferenças percentuais, embora tanto a ajuda em casa e à família como o trabalho aumentem com a idade. Dos que exercem uma actividade remunerada, 86% têm 13 e mais anos e 14% entre 10 e 12 anos.

Não obstante tudo o que acabámos de referir, ao pretendermos avaliar as várias actividades desenvolvidas pelos menores, um dos aspectos mais salientes respeita ao trabalho remunerado, pelo que não podemos deixar de sublinhar que é significativo o conjunto dos que estão nestas condições, pois para a totalidade da Região o seu quantitativo é de sensivelmente 480 crianças e adolescentes.

Independentemente da repartição do tempo dos menores nas actividades anteriormente apontadas, que abarcam situações muito diversas, que vão desde o cumprimento das obrigações escolares, às férias e ao trabalho, remunerado e não remunerado, como se pode observar no Quadro 20, interessa-nos agora sublinhar o tipo de actividade e, fundamentalmente, se esta é de natureza económica.⁶

⁶ Considera-se actividade económica o trabalho remunerado, aquele que é realizado para algum familiar fora do âmbito doméstico, bem como aquele que é exercido para outros que não os familiares.

Quadro 21

Menores com e sem actividade, na semana de referência, por sexos (%)

Sexo/Actividades	Económica	N. económica	S/actividade	Total
Masculino	14.0	9.2	76.8	100
Feminino	1.6	34.8	63.6	100
Total	8.4	20.9	70.8	100

De acordo com as declarações dos menores, verifica-se que a grande maioria, cerca de 70%, não exerce qualquer actividade, facto que atinge particular significado no caso dos elementos do sexo masculino, com um valor percentual da ordem dos 77%, pois nos do sexo feminino a situação é relativamente distinta, com uma percentagem da ordem dos 64%. A este respeito, não podemos deixar de sublinhar mais esta desigualdade de género, que afecta de um modo preponderante os elementos do sexo feminino, que assim se apresentam mais sobrecarregados com várias actividades mesmo em idades bastante precoces. As desigualdades entre os menores de ambos sexos continuam ainda a ser uma realidade se atendermos aos que exercem uma actividade económica, pois este último é um facto que respeita fundamentalmente aos rapazes.

É importante desde já distinguir nas várias actividades realizadas pelos menores aquelas que são actividades económicas, remuneradas ou não remuneradas. Já anteriormente referimos que, de acordo com o registado na semana de referência, 1% exerce uma actividade remunerada. No entanto, são em número superior, 8.4%, o conjunto dos que trabalham nos diversos sectores de actividade económica, o que não quer dizer que os menores não realizem ainda outro tipo de tarefas, que não se inserem no âmbito das actividades económicas, e que respeitam, nomeadamente, a tarefas de apoio familiar, como já tivemos oportunidade de observar e que posteriormente especificaremos.

Quadro 22

Actividades por sectores económicos

Actividades por sectores económicos	Referência	
	Semana	Ano
Não responde ⁷ .	92.7	92.3
Agricultura	5.8	6.2
Pesca	0.1	0.1
Indústria extractiva	0.1	0.6
Indústria transformadora	0.3	0.2
Construção	0.5	0.1
Comércio por grosso	0.1	0.2
Restauração	0.2	0.1
Outros serviços à comunidade	0.2	0.2
Total	100	100

Em termos absolutos, ou seja, extrapolando para a globalidade dos menores açorianos, e segundo afirmações dos mesmos, temos 3 272 menores que exercem uma actividade económica, embora só 480 a realizem enquanto trabalho remunerado, enquanto que 8 180 exercem actividades que não são consideradas de natureza económica, e que se reportam fundamentalmente a tarefas de apoio doméstico.

⁷ Existem neste item um conjunto de menores que afirmaram exercer uma actividade económica mas que não responderam à sua inserção nos sectores de actividade, razão pela qual o somatório das diversas actividades dá 7.3% e não 8.4%, o valor correspondente ao conjunto de menores que têm uma actividade económica.

Conforme se pode constatar, e independentemente dos que não exercem qualquer actividade, com um valor percentual superior a 90%, verifica-se que a maior parte dos que têm uma actividade económica trabalha na agricultura, já que é neste sector que se inserem 5.8%, ou seja, 2 234 menores. Com efeito, são bastante menos aqueles que estão ligados à indústria transformadora, à construção e restauração, ramos de actividade que registam valores percentuais baixos, iguais ou inferiores a 0.5%. Em termos absolutos estes sectores abarcam na Região, respectivamente, 120, 200 e 80 menores em idade escolar.

Se atendermos aos motivos, e apesar do número bastante elevado dos que não respondem por não exercerem qualquer actividade, o mais referido foi a vontade do próprio menor, sem que o objectivo seja a oportunidade de auferir uma remuneração. Realçamos ainda os que referem a vontade dos pais em os manterem ocupados e a necessidade de trabalhar, neste caso porque o seu rendimento é necessário ou como forma de viabilização do trabalho de outras pessoas do agregado, como ainda por não haver mais ninguém para exercer a actividade que efectuam, embora estes últimos registem um valor percentual reduzido.

Quadro 23

Motivos para o exercício de actividade, na semana de referência (%)		
Motivos para trabalhar	Semana	Ano
Não responde	70.7	69.9
Necessário para o rendimento do agregado	1.8	1.6
Para outras pessoas do agregado trabalharem	3.5	2.9
Por não haver ninguém para exercer essa actividade	2.5	2.6
Porque quis, para ganhar dinheiro	0.6	1.0
Porque quis, não sendo para ganhar dinheiro	9.9	10.5
Porque os pais não querem sem ocupação	3.1	3.5
Para aprender uma profissão	1.4	1.5
Porque não tinha aproveitamento escolar	0.4	0.5
Por outros motivos	6.1	6.0
Total	100	100

Seria interessante perceber melhor os motivos aduzidos. Se uns nos surgem relativamente claros, correspondentes a dificuldades de natureza económica e social, pelo menos 5.3% (1.8% +3.5%) ou mesmo 7.8% (os anteriores +2.5%) existem outros que parecem corresponder a uma vontade do próprio jovem em ter uma actividade e/ou aprender uma profissão. Esta vontade não pode, todavia, ser dissociada do meio social e familiar em que vive e mesmo da sua relação com a escola, pois as características individuais são permeáveis e, de algum modo, ou em parte, condicionadas pelo meio envolvente, em contínuos processos de socialização. Todavia, é significativo o número de menores, cerca de 600, que exercem uma actividade económica por dificuldades de ordem material e financeira das respectivas famílias.

Quadro 24

Duração da actividade, na semana de referência (%)		
Duração da actividade diária	Semana	Ano
Não responde	70.7	69.9
Menos de 1 hora	7.0	6.3
1 a 3 horas	15.8	16.5
4 a 6 horas	4.4	5.0
7 a 8 horas	1.6	1.6
Mais de 8 horas	0.5	0.7
Total	100	100

As actividades, de carácter económico ou não, raramente são exercidas a tempo inteiro, pois são poucos os que se inserem nas classificações de 7 a 8 horas ou mais de 8 horas. Conforme se pode verificar no Quadro 24, o valor percentual mais elevado respeita a uma duração entre 1 e 3 horas, que regista valores da ordem dos 16%.

Quadro 25
Duração da actividade, na semana de referência, por actividade (%)

Duração/Actividade	Económ.	N. Econ.	Total
Não responde	0.0	0.0	70.7
Menos de uma hora	9.8	29.8	7.0
1 a 3 h	58.5	52.2	0.0
4 a 6 h	17.1	14.1	0.0
7 a 8 h	11.0	2.9	1.6
Mais de 8 h	3.7	1.0	0.5
Total	100	100	100

Se atendermos a uma repartição da duração do trabalho, pela actividade, verifica-se que o tempo despendido é bastante semelhante quer a actividade seja de âmbito económico ou não. Todavia, são aqueles que têm uma actividade económica os que registam algum significado nos trabalhos diários realizados durante mais de 3 horas ou mesmo mais de 7 horas, cerca de 480, quantitativo correspondente ao número de menores que afirmaram ter um trabalho remunerado.

É assim de realçar a existência de situações de grande precariedade que afectam a vida de alguns menores, que mesmo em idades muito precoces se vêem forçados a trabalhar. Sublinhamos não tanto os mais de 11 000 que exercem actividades várias mas, fundamentalmente, os mais de 3 000 que têm uma actividade económica, nomeadamente os cerca de 480 que exercem uma actividade remunerada, que os ocupa durante grande parte ou a totalidade do dia, muito provavelmente, como resultado de pertencerem a famílias com níveis de rendimentos muito baixos e até de grande dimensão. É de salientar ainda os cerca de 600 menores que afirmam trabalhar como forma de ajudar economicamente a família, valores que não podem negligenciados para um conhecimento da vivência quotidiana dos menores nos Açores.

Pelo que foi dito anteriormente, podemos considerar uma situação global consentânea com uma população de baixo estatuto económico e social, embora a maior parte dos menores não exerça qualquer actividade e os que o fazem dedicam-se fundamentalmente a tarefas de apoio familiar, tanto no espaço doméstico como fora dele. Neste caso, estão fundamentalmente os rapazes que se dedicam a trabalhos agrícolas, grande parte em terras de familiares. A maior parte destes trabalha durante 1 a 3 horas por dia. De sublinhar também a desigualdade entre rapazes e raparigas, já que nestas últimas são em maior número as que exercem uma actividade, normalmente de apoio familiar e em tarefas domésticas.

Pensamos, no entanto, que independentemente do combate que tem de ser realizado contra o trabalho por parte dos menores e da actuação firme para que sejam criadas as condições que permitam a efectivação do percurso formativo próprio às suas várias idades, neste ciclo fundamental das suas vidas, não devemos esquecer a sociedade em que estão inseridos, com particular realce para o ambiente familiar. Ou seja, numa sociedade profundamente ruralizada e tradicional até há relativamente poucos anos, como era o caso dos Açores, na qual os saberes se transmitiam em parte através de tarefas realizadas no contexto familiar e de vizinhança, é natural que se mantenham ainda os valores socioculturais de outros tempos, nomeadamente por parte dos elementos mais velhos do agregado familiar.

A repartição do tempo das crianças e dos jovens, que deve ter em consideração o tempo e o espaço dedicado ao estudo, à prática de algumas tarefas,

também elas formativas, e aos tempos livres, de mera fruição convival ou de actividades próprias ao gosto e capacidades individuais, não se resolve isoladamente. Ela é fruto de determinadas condições sociais, tanto em termos de práticas como de valores, e só a sua alteração, nomeadamente na família e na escola, pode conduzir a modificações sustentáveis e perenes do modo de vida dos mais novos.